



## Uma saída “à portuguesa”



**Domingues de Azevedo**  
Bastonário da  
Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas

A mais recente obsessão nacional é saber se a transição do plano de assistência financeira, prevista para maio, vai permitir a Portugal uma “saída limpa” ou “à irlandesa”, trocado por miúdos, diretamente para os mercados, ou se vamos precisar de um programa

cautelado, arquitetado pelo Banco Central Europeu. A proximidade de dois atos eleitorais acaba por contaminar uma temática da maior importância. A desenfreada luta político-partidária, com um apetite voraz por captar novos eleitores, prefere olhar primeiro para o seu umbigo e só depois para o reflexo das suas decisões e opiniões na comunidade. Alguns governantes gostam de equiparar a economia portuguesa à irlandesa para justificar os seus atos, mas dizem apenas o que lhes interessa, esquecendo-se, por exemplo, de mencionar que o salário mínimo na Irlanda é qualquer coisa como

1485 euros por mês e em Portugal não chega a 500 euros. Será que o estomago ou os direitos dos portugueses são menores do que os dos irlandeses?

Concordo com a imagem avançada por Rui Rio. Sem qualquer apoio, seremos um frágil barquinho a remos, à mercê das intempéries e do humor dos mercados. A prudência exige que possamos seguir o nosso caminho com uma rede de apoio, capaz de resistir às contingências de forma mais segura. E não devemos esquecer o futuro das empresas. Uma saída sem rede deixará muitas delas obviamente as mais frágeis, mais expostas.

Parem de nos comparar com os gregos e com os irlandeses. Não somos nem o caos helénico, nem o milagre dos “tigres celtas”. Os portugueses valem por si e têm problemas, alguns comuns a outras nações, mas a maior parte são intrínsecos à cultura económica, social e financeira instalada há décadas. Nem gregos, nem irlandeses. Uma saída à portuguesa, se faz favor!

Não menos frisson tem criado a regulamentação do denominado sorteio ‘Fatura da Sorte’ que o Conselho de Ministros aprovou, mediante faturas emitidas e comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira. Os documentos

**Os portugueses valem por si e têm problemas, alguns comuns a outras nações, mas a maior parte são intrínsecos à cultura económica, social e financeira instalada há décadas. Nem gregos, nem irlandeses. Uma saída à portuguesa, se faz favor!**

comunicados ao fisco vão concorrer para ganhar prémio já em abril. É positivo para desincentivar a economia informal, mas erra o tiro no método seguido, desvirtuando um ato nobre de cumprimento do dever de cidadania. Reduzir os atos de cidadania a jogos de fortuna ou azar, é algo que não está de acordo com a visão da vivência pelos cidadãos dos seus deveres perante a sociedade. Premiar o pagamento de impostos, equiparando-o a uma rifa de feira é, no mínimo de mau gosto. Sortear apenas automóveis de alta cilindrada é ainda mais redutor. É sabido que o Estado tem os mais diversos objetos alvo de penhora sob a sua alçada e depois aliena na execução fiscal que poderá utilizar neste domínio, tais como apartamentos, terrenos, máquinas diversas, etc.

Apesar de esta iniciativa da tutela não me entusiasmar sobremaneira, admito que já seria compensador se se enraizar a ideia de que a uma transação corresponde sempre uma fatura, o que possibilitará uma maior transparência dos atos conducentes à determinação da capacidade de empresas e cidadãos. ■

**O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico.**